ARMAMAR

A matriz de Armamar, também designada igreja de São Miguel, situa-se no casco antigo da vila de Armamar, sede do concelho homónimo, sendo acessível através da estrada N313.

Localizada a sul do vale do Douro, e a leste de Lamego, Armamar insere-se num território montanhoso, marcado por declives acentuados. O núcleo daquela povoação implantou-se no topo de uma elevação, a cerca de 525 m de altitude, sendo delimitado, a norte, por uma encosta íngreme sobranceira a uma linha de água.

A ocupação desta região remonta a tempos antigos. M. Gonçalves da Costa, incidindo sobre as várias épocas de povoamento daquele território, realçou a situação geográfica da vila de Armamar, local cuja "posição eminente em relação ao vale do Douro tornava-o privilegiado como ponto de vigia". Segundo o autor, em Armamar ter-se-ia formado desde cedo uma comunidade cristã, facto que é evidenciado pelo orago de uma primitiva capela, São Miguel. Também A. de Almeida Fernandes frisou a antiguidade do culto do Arcanjo, manifestando-se entre nós desde o século VII. Importa lembrar que entre os séculos IX e XI o vale do Douro constituiu um espaço de fronteira, entre forças cristãs e muçulmanas; como assinala Mário Barroca, apenas com o movimento militar encabeçado por Fernando Magno, que culminou na conquista definitiva de Coimbra em 1064, se colocaria termo ao domínio muçulmano na mancha a sul do Douro.

São escassas as referências documentais relativas à matriz de Armamar. Gonçalves da Costa defendeu que a primeira fonte que cita a igreja é o foral outorgado em 1194 à *vila* de Marmelal, documento que, para o autor, demonstrava que aquela era então reconhecida "como matriz e consequentemente sede de larga administração eclesiástica". Já Almeida Fernandes considerou que essa menção de finais do século XII era alusiva a um primeiro templo paroquial, edificado num local diverso da atual implantação, também de invocação a São Miguel. Referência mais clara era, para este autor, um documento de 1211 procedente do arquivo da abadia de Salzedas (Tarouca), relativo a uma venda feita àquele mosteiro cisterciense por Diogo Ooriz, identificado como prelado da igreja de *S. Miguel de Ermamar*. Como aponta Mário Barroca, este documento sugere que nessa data a igreja citada já correspondia ao sítio atual.

As Inquirições de D. Afonso III (1258) atestam que a *ecclesie Sancti Michaelis de Hermamar* foi edificada em propriedade reguenga, sendo o padroado e a apresentação da coroa. De acordo com Almeida Fernandes, durante a Idade Média São Miguel de Armamar constituiu uma das grandes paróquias da diocese de Lamego, compreendendo o território correspondente às atuais freguesias de Armamar, Folgosa, Vila Seca, Coura, Arícera, Santiago, São Romão e Tões. Gonçalves da Costa sublinhou que na segunda metade do século XV a igreja foi doada aos cistercienses de Salzedas, sendo mais tarde separada daquele mosteiro, para constituir uma comenda da Ordem de Cristo.

Ampliada e modificada na Época Moderna (com a edificação dos volumes da torre sineira e sacristia, o entaipamento dos portais laterais e das frestas românicas, a abertura de novos vãos), a igreja foi objeto de campanha de restauro sob a tutela da DGEMN, em meados do século XX.

Igreja de São Miguel

Com planta de três naves e cabeceira composta por abside de remate semicircular, ladeada por duas pequenas capelas, a matriz de Armamar afasta-se do esquema arquitetónico mais frequente no panorama das igrejas românicas portuguesas – as igrejas de nave única e cabeceira com uma abside retangular, na maior parte dos casos cobertas ambas a madeira, correspondem ao "tipo mais comum dos templos construídos em Portugal, na Época Românica", lembra Lúcia Rosas –. Os muros foram erguidos em granito, tratando-se, como explicou C. A. Ferreira de Almeida, do tipo de rocha utilizado sistematicamente nos monumentos românicos e góticos dos territórios do Noroeste de Portugal, das bacias do Douro e das Beiras.

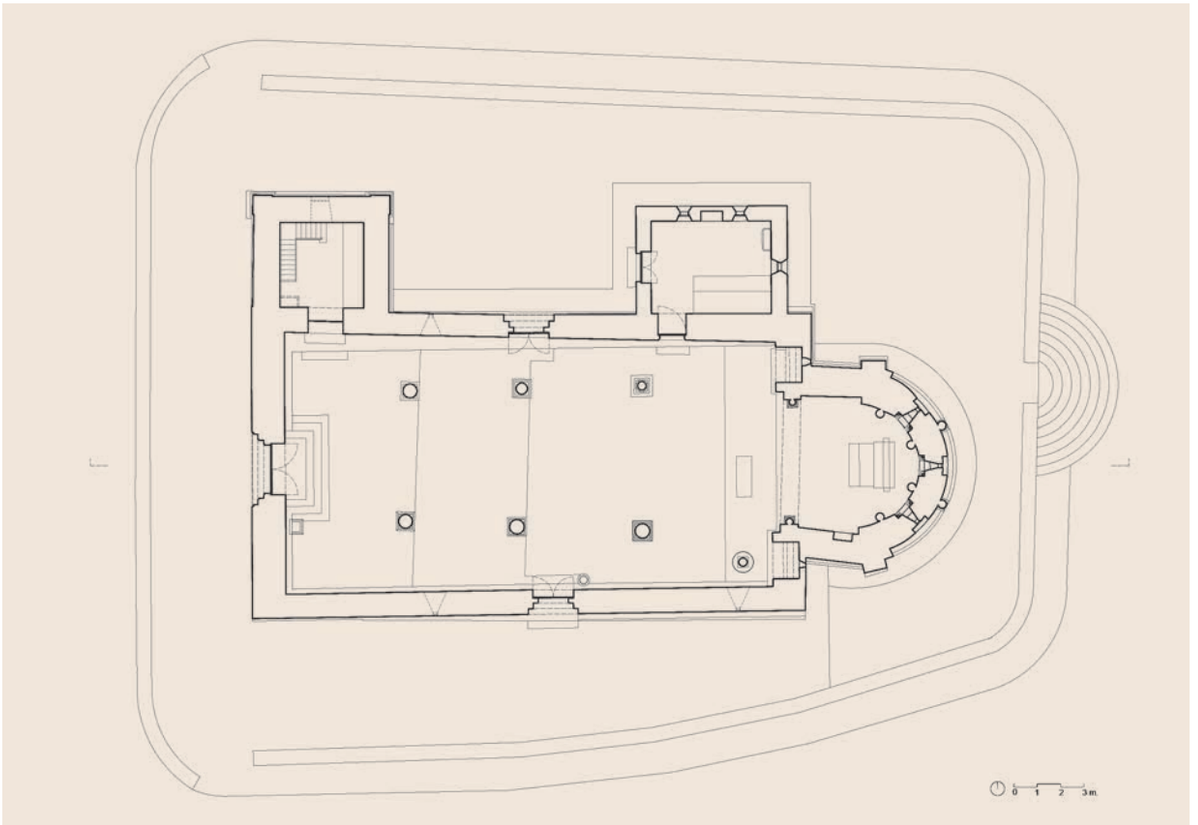
O templo de Armamar apresenta algumas particularidades; o corpo da igreja é um espaço dividido em três naves através de duas filas de pilares, mas estes não suportam quaisquer arcos. Externamente, não há qualquer evidência da organização espacial interna, pois não encontramos contrafortes adossados à fachada principal (no alinhamento com os pilares), nem existe qualquer diferenciação na forma do telhado que cobre as três naves. Apenas a largura algo acentuada do corpo da igreja, percetível na fachada ocidental (muito larga, sobretudo relativamente à altura), deixa antever que o interior não corresponde a uma planimetria de nave única.

As capelas que ladeiam a capela-mor possuem dimensões muito reduzidas, encontrando-se encaixadas no muro leste da igreja; no lado externo, estes dois espaços não têm qualquer expressão volumétrica. Ferreira de Almeida argumentou que estas capelas constituem duas reentrâncias no muro e, embora abriguem altares, têm uma área tão exígua que não permite designá-las de absidíolos; considerou assim que esta cabeceira é composta, verdadeiramente, por uma abside. Esta organiza-se em dois tramos, o primeiro de planimetria retangular e o segundo com remate semicircular, interna e externamente, numa solução muito frequente nas absides românicas. Segundo Ferreira de Almeida, Armamar integra um conjunto de igrejas que patenteiam abside semicircular, "geralmente muito bem construída segundo os melhores modelos românicos",

Exterior. Perspetiva geral da igreja. Alçado noroeste

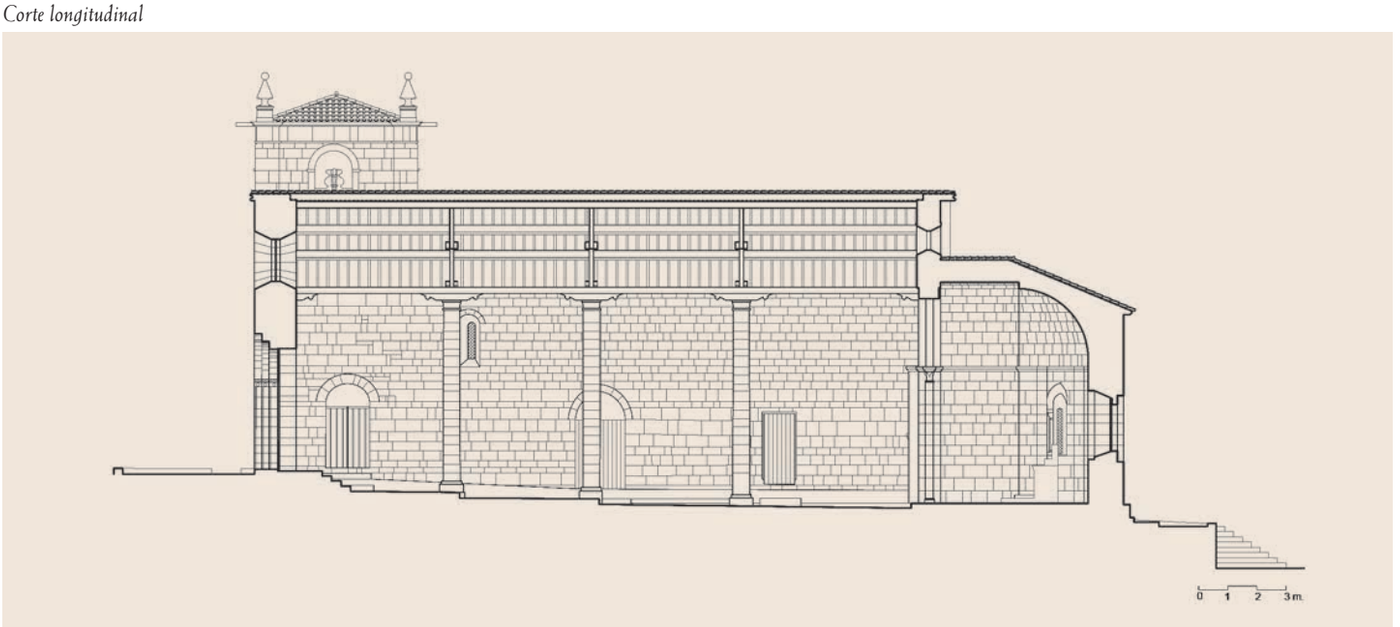
Exterior. Perspetiva geral da igreja. Alçado sudoeste

Exterior. Perspetiva geral da igreja. Alçado nordeste



Planta

Corte longitudinal



como Longos Vales (Monção), Friestas (Valença), Banho (Barcelos) e Fonte Arcada (Póvoa de Lanhoso). Com a superfície muralha ritmada por colunas e contrafortes, e um registo único de frestas, o arranjo geral do alçado da abside de Armamar repete uma das soluções mais glosadas na arquitetura românica, que se pode observar nas absides de Longos Vales e Friestas, ou nos absidíolos de Pombeiro (Felgueiras) e Paço de Sousa (Penafiel).

Uma análise aprofundada das soluções da cabeceira de Armamar revela-se problemática, na medida em que uma parte considerável das suas parcelas resulta do restauro que, nesta área do edifício, foi muito interventivo. Foi reconstruída uma grande parte dos paramentos da capela-mor (incluindo, no lado sul, a fachada e alicerces) e reedificadas as suas abóbadas, bem como os dois contrafortes. Os capitéis e cachorrada, e a cornija sobre eles assente, resultam dessa campanha de obras, assim como o remate superior dos fustes das duas colunas adossadas; o telhado foi apeado e reconstruído. Procedeu-se ao restauro das frestas de iluminação, removendo-se imagens em nichos que aí haviam sido colocados. Pode verificar-se que esta abside conservou as suas três frestas da construção medieval e, sobretudo, que se preservou uma parte substancial da modinatura da época românica.

Estas frestas mostram arcos ligeiramente quebrados, com moldura composta por toro diédrico assente em colunelo com o mesmo diâmetro, com capitéis que apresentam escultura figurativa e vegetalista, sendo a modinatura desprovida de ábacos ou impostas. Trata-se, como assinalou Ferreira de Almeida, de uma forma de organizar o

Exterior. Detalhe da fresta norte da abside

Exterior. Perspetiva geral do portal axial

Exterior. Perspetiva geral do portal do alçado sul

alçado de frestas e portais procedente do centro-oeste de França, muito repetida na região do Limousin. De acordo com o autor, este motivo disseminou-se por toda a área de influência da cidade do Porto, a partir da sua catedral – monumento que patenteava, tanto no programa arquitetónico como nas soluções escultóricas, características que acusavam a incorporação de formas e modelos oriundos do Limousin –. Neste modo específico de organizar as arcaturas, os toros diédricos acompanham a espessura dos fustes, com a transição a fazer-se através de pequenos capitéis, desprovidos de ábacos; o contraste estabelecido entre a superfície curvilínea daquelas molduras e as arestas vivas das arquivoltas/pés-direitos confere a este tipo de frestas e portais uma modelação muito própria.

Segundo Évelyne Proust, uma das especificidades das igrejas românicas da antiga diocese de Limoges foi o cuidado particular posto no arranjo das frestas de iluminação; se as frestas em arco de volta perfeita das construções mais antigas eram muito simples (com um alargamento pouco pronunciado na face externa e com aduelas estreitas a formar o arco), rapidamente se passou a adicionar colunelos que suportavam, por intermédio de pequenos capitéis sem ábaco, um toro diédrico a realçar a forma circular do vão. A historiografia da arquitetura medieval passou a designar as frestas deste tipo de "limousines"; são, com efeito, específicas desta região, sublinha É. Proust, não se tendo expandido muito para além de alguns territórios limítrofes. Para a autora, esta solução deve ter surgido nos últimos decénios do século XI, possivelmente em Saint-Pierre de Beaulieu-sur-Dordogne (Corrèze), na área meridional do Limousin; terá sido nas frestas da cabeceira daquela importante abacial que se revelou, pela primeira vez, este sistema – a "mouluration limousine" – aplicado em ambos os lados do vão, prática que se generalizaria em seguida (adaptando-se também aos portais). Podem apreciar-se vários exemplares desta solução nas igrejas de La Souterraine (Creuse), Bénévent (Creuse), Saint-Léonard (Haute-Vienne) ou Le Dorat (Haute-Vienne).

O motivo dos toros diédricos conheceu uma disseminação assinalável a norte do rio Douro, revelando-se, como explanam Lúcia Rosas, Leonor Botelho e Nuno Resende, em diversos monumentos erigidos nos territórios dos vales do Sousa e do Tâmega, como Travanca (Amarante), Fandinhães (Paços de Gaiolo, Marco de Canaveses) ou Cabeça Santa (Penafiel); outras igrejas como Salvador de Real (Amarante), Freixo de Baixo (Amarante), Mancelos (Amarante) ou Vila Boa do Bispo (Marco de Canaveses) evidenciam o bom acolhimento que este tema teve entre os construtores do românico naqueles territórios. Para Ferreira de Almeida, a presença desta solução numa série de construções do românico português acusava os influxos limosinos disseminados pela região portuense a partir da sua catedral; identificando esta modinatura como uma das marcas do românico produzido a partir do Porto, o autor integrou neste núcleo de monumentos – no qual se inserem Cedofeita (Porto), Águas Santas (Maia) e Roriz (Santo Tirso) – algumas construções da Beira Alta, como a matriz de Armamar e a Ermida de Paiva (Castro Daire). Ferreira de Almeida argumentou que naquela época toda a área de Lamego e do Alto Douro estava, economicamente, ligada ao Entre-Douro-e-Minho e, sobretudo por causa do rio Douro, ao Porto.

As soluções das frestas da matriz de Armamar têm claros paralelos nas da Ermida de Paiva, sobretudo as da sua cabeceira; naquele templo erigido na vertente meridional da serra de Montemuro, sagrado em 1214, foi sistemática a adoção desta modinatura em frestas e portais. Em Armamar as frestas revelam-se, todavia, mais altas e estreitas (com fustes muito alongados), o que levou Ferreira de Almeida a defender uma cronologia construtiva mais avançada, acusando formas já próximas do gótico. Com base nas soluções da cabeceira o autor propôs, para Armamar, uma datação de meados do século XIII.

Se as frestas da igreja de Armamar apresentam a modinatura limosina aplicada em ambos os lados do vão, os seus portais não revelam idêntica solução. Em ambos os portais laterais – desentaipados no século XX – o alçado é composto por duas arquivoltas de perfil algo quebrado, com tímpano, sendo desprovido de colunas; já o portal axial, que patenteia três arquivoltas de perfil ligeiramente quebrado, mostra-se sem tímpano e sem colunas. Lúcia Rosas incidiu sobre características similares em exemplares como os portais laterais de Aveleda (Lousada), o portal ocidental de Meinedo (Lousada) ou os portais de São Miguel de Entre-os-Rios (Penafiel), explicando tratar-se de aspetos que acusam cronologias construtivas tardias, de soluções próximas já do gótico.

Deverá ter-se em conta que foi profunda a intervenção de restauro na fachada lateral sul, onde se suprimiram os vãos da Época Moderna (frestas e portal) e se procedeu à abertura de frestas e colocação de um lacrimal; foi reconstruída a cornija tendo-se adicionado cachorrada, para as quais se adotou como referência as parcelas da fachada oposta (conforme registado em boletim da DGEMN). Os modilhões da fachada do lado norte constituem os únicos preservados da edificação medieval, segundo a observação feita por Vergílio Correia no primeiro quartel do século XX (mostrando-se adornados com barris, rolos, cabeças de javardo e esferas).

O interior do templo evidencia uma espacialidade particular, pelo facto de se terem adotado pilares simples

Interior. Perspetiva da abside

Interior. Perspetiva da nave e abside a partir do lado ocidental

Interior. Capitel da fresta central da abside

Interior. Perspetiva da capela lateral do lado norte

de forma cilíndrica (assemelhando-se a colunas) a delimitar as naves e por se ter prescindido de arcos formeiros e arcadas diafragmas a suportar a cobertura; o travejamento de madeira que sustenta o telhado assenta diretamente sobre os capitéis dos pilares. Ressalve-se, contudo, que a cobertura foi apeada e reconstruída durante o restauro, datando dessa campanha de obras o atual travejamento de madeira; segundo Miguel Tomé, terá sido Rogério de Azevedo que, no final da década de 1930, procedeu ao desenho da asna da matriz de Armamar.

Na análise da espacialidade da igreja de Armamar, Ferreira de Almeida defendeu que os paralelos deviam ser procurados em alguns monumentos do românico coimbrão, argumentando que uma solução idêntica se podia observar em Santiago de Coimbra, igreja sagrada em 1206, e que a referência talvez possa ter sido a igreja de São Salvador da mesma cidade, obra datada de 1179.

Segundo Mário Barroca, no interior, na parede lateral do lado norte (à esquerda do portal), uma inscrição gravada em silhar de granito ostenta a data de 1395, podendo corresponder à comemoração de alguma intervenção ou reforma arquitetónica realizada no templo; a leitura que se apresenta é do referido autor:

ERA ⁝ DE MIL / CCCC ⁝ XXXI / II

As capelas laterais da cabeceira apresentam abóbada de berço quebrado a cobrir o seu exíguo espaço, que mostra fecho reto; talvez tenham sido estas características que conduziram Ferreira de Almeida a propor o cotejo com as construções dos cistercienses. Na capela-mor, a colocação de um grande retábulo e o seu posterior apeamento conduziu à destruição das colunas e restantes parcelas que fariam parte do alçado interno primitivo, e ao entaipamento das frestas românicas; o arranjo atual, bem como o abobadamento desta área, resultam do restauro realizado. O enfoque recai sobre as frestas de iluminação, em arco ligeiramente quebrado, cuja modinatura segue o mesmo sistema do lado externo; a sua escultura patenteia motivos vegetalistas e figurativos, revelando duas aves que entrelaçam os pescoços ou dois animais cujas cabeças se unem, nas esquinas dos cestos.

Importa, por último, realçar outra particularidade do monumento. Nos paramentos da matriz de Armamar sobressaem diversas marcas lapidares, sobre as quais incidiu Ferreira de Almeida, apontando parentescos com as siglas das construções dos cistercienses, designadamente as da abacial de Salzedas. Aquele autor sublinhou bem a especificidade das siglas dos edifícios cistercienses que, pela sua abundância e formas, lhe pareceram estranhas ao panorama construtivo português da época, denunciando "poderosas influências chegadas de fora".

Recorde-se que no mosteiro de São João de Tarouca (Tarouca) ter-se-ão principiado os trabalhos de construção em 1154, estando a igreja sagrada em 1169. No mesmo território, e depois de abandonado um primeiro local de implantação, em sítio designado Abadia Velha, fundou-se o mosteiro cisterciense de Santa Maria de Salzedas, com a

igreja sagrada em 1225. O estudo gliptográfico realizado nas parcelas medievais de São João de Tarouca permitiu a Ana Sampaio e Castro e Luís Sebastian, numa primeira abordagem feita às igrejas de Salzedas e da Ermida de Paiva, concluir que foi utilizado um número substancial de siglas da fábrica tarouquense naqueles dois monumentos – acusando, então, algum tipo de ligação entre os vários estaleiros.

Nos vestígios remanescentes da Abadia Velha foi também apontada a presença sistemática de marcas lapidares; para Ricardo Teixeira, as suas características tornam aquele conjunto de marcas singular no contexto dos monumentos medievais portugueses, revelando semelhanças com alguns conjuntos de siglas de São João de Tarouca e sobretudo com as de Salzedas. Ricardo Teixeira identifica nas marcas lapidares de Armamar similitudes com determinadas siglas do núcleo de construções cistercienses do vale do Varosa.

Se estes dados sugerem, desde logo, o impacto dos estaleiros cistercienses na atividade construtiva da região (o fenómeno construtivo da Ordem de Cister nas Beiras, a partir de meados do século XII, deve ter-se manifestado através de outras importantes fundações como São Cristóvão de Lafões), os casos de Armamar e da Ermida de Paiva revelam ainda outra especificidade: trata-se da conjugação desse fator – a ligação das suas fábricas aos estaleiros dos cistercienses – com a marca limosina patenteada nas suas soluções. A Ermida constitui um dos testemunhos mais significativos da incorporação entre nós de modelos e formas do Limousin, tendo sido nessa obra adotadas, de modo sistemático, soluções de índole arquitetónica e escultórica oriundas daquela região francesa. Nos processos de receção e disseminação dos formulários da arquitetura do centro-oeste de França, naquele contexto territorial, teria havido algum envolvimento dos estaleiros das construções da Ordem de Cister? O levantamento e estudo das marcas lapidares deste conjunto de monumentos, a par do estudo já realizado em São João de Tarouca, talvez possibilite avançar-se nesta problemática, podendo ainda fornecer dados que permitam propor cronologias construtivas mais precisas para obras como a matriz de Armamar.

Texto e fotos: CC - Planos: GM/MF/MS (sobre DRCN/CMArm)

Bibliografia

ALMEIDA, C.A.F., 1971, pp. 91-92, 97 e 101-103; ALMEIDA, C.A.F., 1978a, II, pp. 44-51, 103, 240 e 253-255; ALMEIDA, C.A.F., 1986b, pp. 30-31, 84-88 e 109; ALMEIDA, C.A.F., 1987b, pp. 31-32; ALMEIDA, C.A.F., 2001, pp. 74, 79, 83, 113-116, 128-129 e 140; BARROCA, M.J., 2000a, Insc. n.º 678 (de 1395); BARROCA, M.J., 2016; CASTRO, A.S. e SEBASTIAN, L., 2010; CORREIA, V., 1924a, pp. 45-46; COSTA, M.G., 1979, pp. 159-165; DGEMN, 1956; FERNANDES, A.A., 1963, pp. 66-68; PMH, INQ., p. 1086; PROUST, É., 2004, pp. 28 e 48; ROSAS, L.M.C., 2008, pp. 109, 144, 193-194 e 239-240; ROSAS, L.M.C. *et alii*, 2014a, I, pp. 47 e 261; TEIXEIRA, R., 1999, pp. 209-214 e 233-235; TOMÉ, M., 1998, I, 213.